

# EDITORIAL

O presente volume da RBEUR marca o início das atividades da nova Comissão Editorial apontada no final de 2014 pela Diretoria da Anpur, cujas ações serão pautadas pelo compromisso de manter a excelência científica dos artigos que publica e contribuir para o aumento da visibilidade e do espaço dedicado ao debate internacional veiculado pela Revista, assim como para o alcance dos padrões exigidos pelos organismos nacionais e internacionais de indexação de periódicos de qualidade. Reconhecendo a dimensão dos desafios à nossa frente, construímos uma política editorial que sistematiza o escopo e os procedimentos pertinentes, a qual, por sua vez, conduziu à atualização do regimento interno da RBEUR. Dentre outros aspectos, prevê-se a periodicidade quadrimestral para a publicação da Revista.

Reunimos, neste primeiro número de 2015, oito artigos, cinco dos quais selecionados entre 20 indicados pelos coordenadores das dez seções temáticas do XVI Encontro Nacional da Anpur, realizado em Belo Horizonte, em maio deste ano. Com isso, damos sequência a um procedimento adotado desde o primeiro número da RBEUR. Os três artigos restantes resultaram de seleção entre os textos submetidos por fluxo contínuo por meio do sistema eletrônico da Revista (SEER/IBICT). Em ambos os casos, os artigos foram submetidos à avaliação por pareceristas *ad hoc*, como de costume.

Podemos dizer que este número compreende um conjunto representativo de contribuições atuais e de diferentes matrizes disciplinares ao debate urbano e regional. As temáticas abordadas contemplam desde questões de natureza mais conceitual, como o debate central à área sobre produção do espaço – que perpassa os dois primeiros artigos –, à problemática dos centros históricos, passando pela questão da moradia, do problema metropolitano e da emergência de questões relativas a pequenos e médios municípios, dando relevância a análises inovadoras e que suscitam o interesse dos leitores, como se pode observar no apanhado geral apresentado a seguir.

Partindo da hipótese de que o nó *borromeano* entre capital, Estado e produção simbólica perpassa a produção do espaço metropolitano, sendo na atualidade fortemente ajustado ao neoliberalismo e ao seu processo de reprodução, **Felipe Nunes Coelho Magalhães** – notadamente apoiado em Lefebvre – propõe examinar como ocorre a interação entre essas três esferas. Isso implica trabalhar com a ideia de que a produção simbólica é constantemente reiterada e reproduzida num processo contínuo de subjetivação em torno do espaço urbano, sendo fundamental para a construção do que a cidade se torna, inclusive dos seus devires. Estes se manifestam por meio das *heterotopias* e espaços de resistência, isto é, das tentativas de enfrentar as diferentes formas de disciplinamento e controle, reinventando maneiras de se lançar mão de novas aberturas emancipatórias. O autor, ao comentar a respeito da emergência de embates em torno dos direitos à cidade, indaga se estes permanecem relacionados ao acesso a serviços e bens coletivos ou se estão sendo expandidos na direção de pautas mais profundas, referentes à produção do espaço e dos sentidos do urbano contemporâneo.

Movimentos recentes – a exemplo dos *Direitos Urbanos* e *Ocupe Estelita* – caminham nessa última direção. A referida tríade – capital imobiliário, Estado e produção simbólica – vem atuando no centro do Recife, alterando significativamente sua paisagem. Esses movimentos, além de denunciar a forma pela qual a cidade vem sendo destruída/produzida,

reivindicam que a sociedade seja escutada no planejamento das suas próprias vidas na cidade e alertam a população sobre a produção simbólica, nos termos de Magalhães.

Certamente, a emergência desses movimentos não tem obscurecido outros, especialmente aqueles referentes à moradia, como é o caso da incansável luta pelo direito à cidade, protagonizada pelos moradores do bairro Dom Almir – situado em Uberlândia (MG) –, cuja saga é abordada por **Hoyêdo Nunes Lins** e **Juliana Pena Ferrari**. Fruto de uma invasão, a força da comunidade desse bairro, mesmo diante de todas as adversidades, logrou obter do poder público importantes melhorias para o espaço por ela edificado. Por meio desse exemplo, os autores chamam a atenção dos leitores sobre as contundentes reações de segmentos de baixa renda, afloradas, sobretudo, quando o que está em jogo é o acesso à moradia, esfera exacerbada das contradições da urbanização capitalista e das ações públicas a elas relacionadas. Reações que, dependendo da capacidade de travar o embate, logram conquistas importantes no que se refere ao provimento de meios de consumo coletivo.

Relacionado à problemática do acesso à moradia, o texto de **Clarissa Sampaio Freitas** e **Luis Renato Bezerra Pequeno** aborda o processo de produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), com o intuito de captar os seus avanços e retrocessos. Os autores admitem que, apesar do aumento significativo dos recursos federais na década de 2000, direcionados à provisão habitacional para os segmentos de baixa renda, ocorreu um deslocamento entre os investimentos e as diretrizes de inclusão contidas na política urbana local. Se isso aconteceu é porque o pacote habitacional ampliou a demanda por terrenos infraestruturados para as classes intermediárias. Como desdobramento, submeteu-os a um processo de valorização, inviabilizando a produção para as classes C e D nos bairros providos de infraestruturas. Um dos aspectos intrigantes salientados pelos autores é o processo de naturalização do aumento dos preços dos terrenos, descrito pelos diversos atores como inevitável, a despeito dos instrumentos de limitação desses preços instituídos pelo Estatuto da Cidade (2001). Acresce-se que o não enfrentamento da questão fundiária põe em risco a possibilidade de contenção da informalidade urbana.

Prosseguindo com a temática habitacional, **Iana Ludermir Bernardino** e **Norma Lacerda** apresentam reflexões acerca do funcionamento do mercado imobiliário habitacional em centros históricos de grandes cidades brasileiras, com foco nas tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. Elas trazem como estudo de caso o centro do Recife, revelando um dos aparentes paradoxos da produção do seu espaço: observa-se, de um lado, a construção de novas espacialidades no seu entorno, por meio de lançamentos de projetos imobiliários habitacionais, e, de outro, o grande estoque de antigas edificações. Estas últimas padecem do agravamento dos processos de depreciação fictícia, decorrente das novas edificações em tipologias contemporâneas produzidas no seu entorno, além da contínua degradação do ambiente urbano onde estão inseridas.

Numa perspectiva formulada a partir de dados censitários, **Camila D'Ottaviano** e **Suzana Pasternak** imprimem atualidade ao debate acerca da temática habitacional. Interessadas em investigar os efeitos da ação governamental realizada, nesse campo, entre 2000 e 2010, particularmente o PAC-Urbanização de Assentamentos Precários, as autoras levantam a seguinte questão: ainda seriam as favelas “o espaço de maior precariedade habitacional no país?”. Ao confrontarem estatísticas habitacionais de favelas localizadas em grandes centros urbanos às de municípios de pequeno e médio portes, chegam a evidências não antecipadas pelo debate acadêmico: observam não apenas a melhoria “generalizada” na infraestrutura básica nos domicílios favelados, como também a condição mais satisfatória deles frente àqueles localizados em pequenos e médios municípios, no caso de itens como ligações a redes de água

e saneamento e coleta de lixo. Ademais, o trabalho reafirma a histórica clivagem regional do território brasileiro, mostrando as condições menos satisfatórias de acesso a infraestruturas que caracterizam a metade norte do território nacional. Relacionando tais resultados à política pública das últimas décadas, as autoras sublinham que, apesar de continuarem as favelas a demandar investimentos expressivos em infraestrutura, a ação pública deve passar a contemplar pequenas e médias cidades, onde residem, afinal, 45,3% e 25,6% da população brasileira, respectivamente. O artigo propõe, portanto, importantes elementos para a reflexão (ou revisão?) sobre o protagonismo das metrópoles que presidem a política habitacional federal.

Na sequência, os artigos se voltam para a temática do planejamento urbano. O primeiro deles, o texto de **Renato Leão Rego**, tem por questão central a integração campo-cidade, discutida como elemento de “colonização sistemática e urbanização deliberada” implementada, argumenta o autor, tanto no norte paranaense quanto na Amazônia Legal. Desperta sua atenção a observação do geógrafo norte-americano Martin T. Katzman de que, embora um intervalo de três décadas separe as duas experiências, elas apresentam lógicas semelhantes, sendo resultado, de um lado, de iniciativa privada (norte paranaense) e, de outro, da ação governamental (Amazônia legal), além de serem marcadas pelas distintas características dos territórios por elas impactados. Dedicando-se a aprofundar essa observação, o autor situa as duas experiências no campo do conceito de cidade jardim, deslocado para a realidade empírica da criação de novas cidades em frentes pioneiras de expansão agrícola no Brasil. O artigo descortina, assim, um contexto novo na história da “ocupação planejada do interior do país”, inscrito na reflexão acerca do “Urbanismo Rural”, em que pese a literatura disponível em torno da experiência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Já o artigo de **Rodrigo de Faria** defende a importância da década de 1920 no debate urbanístico internacional e na própria construção do saber urbanístico e no desenvolvimento municipal, apoiando-se na experiência espanhola. Trazendo um conjunto de evidências coletadas em pesquisa empírica detalhada, o autor apresenta a atuação de diversos profissionais e a criação de organizações profissionais na Espanha, as quais, ao lado da criação do Estatuto Municipal e de cursos de urbanismo, procuram demonstrar que o “debate sobre urbanismo e desenvolvimento municipal vigente no início do século XX não se restringia à Espanha”. Dentre outros elementos desse argumento, o autor destaca a existência da *Union Internationale des Villes*, criada em 1913, com sede em Bruxelas, e a influência causada pelo IV Congresso da *International Union of Local Authorities*, realizado em Sevilha, em 1929, no qual foi proposta, originalmente, a “*expropiación por causa de utilidad pública*”, entendida como “meio jurídico essencial para que a administração pública pudesse realizar ações de interesse geral”, seja um serviço público ou obra de utilidade pública. Tal debate se insere, certamente, de um lado, no contexto do elevado crescimento das cidades que acompanha a expansão do capitalismo industrial, o qual impulsiona a reflexão acadêmica e a própria institucionalização da formação urbanística e, de outro, no da defesa da autonomia municipal, compreendida como uma das bases do pensamento municipalista da Espanha de então. Não surpreende que essa defesa seja evocada sob a vigência de regimes autoritários naquele país, durante os quais são criadas, inclusive, duas importantes organizações profissionais espanholas. O debate naquele início do século XX teria ainda aproximado a atuação profissional de juristas e urbanistas em torno da questão municipal, aproximação esta que sugeria, argumenta o autor, a necessidade – ainda atual – de se transcender os limites administrativos do desenvolvimento local. Para Faria, “seguramente, a década [...] marcou importante inflexão estrutural nos debates urbanísticos e municipalistas na Espanha e em todo o mundo ocidental”.

Finalmente, fechando o número, chegamos ao artigo de **Joseane de Souza e Denise Cunha Tavares Terra**, cuja temática insere-se no debate sobre produção de espaço na perspectiva

do que David Harvey chama de “geografia da acumulação”: as contradições entre residentes e migrantes no preenchimento de vagas no mercado de trabalho local. Embora não atenham a reflexão nessa contradição, está subjacente ao argumento das autoras a ideia fortemente estabelecida no imaginário social de que os postos de trabalho criados por investimentos de grande porte, realizados por capitais forâneos em regiões menos desenvolvidas, tendem a ser preenchidos por trabalhadores mais qualificados “importados”, o que as leva a desenvolver um “indicador do nível de dependência por trabalho exógeno”, contextualizado na atividade de exploração de petróleo e gás (P&G) da Bacia de Campos, desenvolvida a partir dos anos 1970 no estado do Rio de Janeiro. A “inquietação” das autoras com relação ao grau de dependência do mercado de trabalho local por mão de obra exógena é, então, traduzida nesse indicador, o qual confirma o alto grau de participação de mão de obra de não residentes no total da população ocupada nos municípios da região. Concluindo, as autoras registram que a principal contribuição do artigo é a construção do próprio indicador, particularmente pelo fato de abrir questionamentos para futuras pesquisas acerca do perfil da mão de obra exógena frente ao da mão de obra local.

Na seção resenhas, duas contribuições encerram este número. A primeira, realizada por **Lúcia Helena Pereira da Silva**, apresenta o livro *O urbanista e o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional*, de autoria de Rodrigo de Faria. Silva ressalta a importância do trabalho para o estudo do urbanismo carioca, especialmente o viés original com que aborda a temática urbanística: uma biografia profissional. Outras questões centrais são pontuadas pela autora, como o destacado papel cumprido por Oliveira Reis na institucionalização do urbanismo na administração pública do Rio de Janeiro e o seu reflexo em diversas intervenções urbanas, como a abertura da Avenida Presidente Vargas, a construção da Avenida Perimetral e o projeto do Aterro do Flamengo.

A segunda resenha, de **Eduardo Alberto Cusce Nobre**, discute a coletânea *A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*, organizada por Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Fabricio Leal de Oliveira e Pedro Novais. Retomando um tema privilegiado nas duas últimas edições da RBEUR, Nobre destrincha cada um dos dez capítulos, organizados em quatro partes, as quais versam sobre (1) os projetos políticos e de intervenção urbana direcionados aos megaeventos esportivos, (2) a cidade de exceção produzida pelos e para os megaeventos esportivos, tomando como exemplo as cidades do Rio de Janeiro e de Curitiba, (3) as transformações físicas e simbólicas realizadas no Maracanã para adequá-lo às exigências da FICA e do COI e, por fim, (4) a atuação militante do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro – articulação também presente em outras cidades-sede brasileiras – em prol da defesa do direito à cidade.

Agradecendo a contribuição de Tiago Cargnin Gonçalves, secretário da RBEUR, na organização de mais um volume da Revista, desejamos uma boa leitura!

Ana Cristina Fernandes  
*Editora Responsável*  
Norma Lacerda  
*Editora Assistente*